



CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA CARTA DA TERRA KALUNGA: RESISTÊNCIA, IDENTIDADE, EMANCIPAÇÃO E DIÁLOGO DE SABERES NO CONTEXTO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Simone Mamede¹

Amanda Costa de Souza²

Letícia Recalde³

Maristela Benites⁴

Eixo Temático: 3. Governança, Territórios e Políticas Públicas para o Futuro

Resumo: Este artigo analisa o processo de construção participativa da Carta da Terra e dos Princípios da Educação Ambiental da Comunidade Quilombola Kalunga, elaborada no âmbito da disciplina Educação e Meio Ambiente do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Arraias. O objetivo é compreender como a universidade, ao articular Tempo Universidade e Tempo Comunidade, pode favorecer a produção de um documento orientador enraizado na identidade, na cosmovisão e na luta territorial do povo Kalunga. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, participativa e dialógica, sustentada no pensamento complexo de Edgar Morin, em referenciais da Educação Ambiental e em documentos como a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e políticas públicas nacionais. O percurso incluiu estudo documental, escuta de anciãos e anciãs, diálogo com estudantes quilombolas, adaptação da metodologia World Café como World Pipoca e sistematização comunitária por meio do Banco de Sementes de Ideias durante os Tempos Comunidade. O processo envolveu mais de 300 pessoas e gerou uma carta com princípios fundamentais que abrangem o território como corpo ancestral, saberes tradicionais do Cerrado, manejo sustentável da agricultura e dos bens hídricos, espiritualidade, protagonismo jovem e autonomia política. Esse documento constitui-se como um instrumento de resistência e autoafirmação cultural, produzido de dentro para fora, que evidencia o diálogo respeitoso entre universidade e saberes tradicionais, fortalecendo a identidade Kalunga a partir da ação cooperativa e pensamento complexo.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica, Comunidade Kalunga, Saberes tradicionais, complexidade, Carta da Terra.

¹Professora, Doutora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Arraias, simone.mamede@uft.edu.br;

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Arraias, amanda.souza1@uft.edu.br;

³Doutoranda em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Estagiária de docência na LEDoC UFT, Arraias. Bolsista CAPES, leticia.recalde@ufms.br;

⁴Professora, Doutora do Curso de Graduação em Agroecologia Intercultural Povos do Pantanal - UEMS e Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo, maris.benites@gmail.com



INTRODUÇÃO

A Carta da Terra é um documento cujos primórdios se vinculam às preocupações com o ambiente e sua deterioração, intensificadas entre meados e final do século XX, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Sua formulação ganhou contornos mais definidos quando a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas reconheceu a necessidade de uma transição global para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório Nosso Futuro Comum, em 1987 (Gadotti, 2008; Earth Charter International, 2024). O Relatório de Brundtland, como também ficou conhecido, indicava a necessidade de uma “nova carta” capaz de estabelecer “novas normas” que orientassem a transição para o desenvolvimento sustentável (Earth Charter International, 2024).

Embora suas primeiras manifestações já estivessem em curso, durante o Fórum Global 92, evento paralelo da sociedade civil à Eco-92 — Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (Rio-92) —, foi elaborada uma primeira minuta da Carta, convocando os participantes à adoção de seus princípios (Gadotti, 2008). A difusão da Carta da Terra alcançou o mundo por meio de uma Comissão Independente, formada em 1997 por membros de vários países, e de consultas públicas mundiais, até que o documento assumisse formato plural, participativo e representativo de anseios éticos compartilhados pela sociedade global (Earth Charter International, 2024).

Após sua apresentação final, realizada em março de 2000, na sede da UNESCO, em Paris, a Carta da Terra foi oficialmente lançada, em 29 de junho do mesmo ano, no Palácio da Paz, em Haia, na Holanda (Earth Charter International, 2024). Desde então, passou a receber apoio de pessoas, coletivos, organizações e instituições de diferentes países, afirmando-se como referência ética para debates sobre sustentabilidade, justiça socioambiental e responsabilidade planetária.

Juntamente com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Carta da Terra representa um dos documentos de referência para a Educação Ambiental, a conservação socioambiental e a construção de práticas éticas voltadas à sustentabilidade. Enquanto o Tratado, de 1992, estabeleceu bases importantes para a Educação Ambiental, a Carta da Terra oferece um arcabouço ético orientado à responsabilidade



coletiva, à integridade ecológica, à justiça social e ao cuidado com o espaço comum da vida. São documentos complementares entre si.

Com base na ciência da história (MARX; ENGELS, 2007), compreende-se que a sociedade capitalista, em seu estágio contemporâneo, produz formas de fragmentação da vida social, do conhecimento e da relação entre ser humano e natureza. Essa fragmentação opõe sujeitos, territórios, saberes e classes sociais, intensificando contradições que atravessam também o campo ambiental. Nesse sentido, a própria Carta da Terra deve ser compreendida a partir das determinações históricas de seu tempo, pois emerge em uma sociedade marcada pela luta de classes, pela exploração da natureza, pela competição e pela separação entre os saberes.

Nesse horizonte, o pensamento complexo de Edgar Morin oferece uma chave interpretativa para compreender a Carta da Terra não como documento abstrato ou universalizante em sentido homogêneo, mas como referência ética capaz de ser recriada em territórios concretos. Para Morin (2003; 2021), conhecer exige contextualizar, relacionar e compreender as interdependências entre partes e totalidade. Assim, desloca-se a análise da separação entre sujeito e objeto para uma compreensão relacional, na qual cultura, história, território e natureza se constituem mutuamente.

Aplicado à Educação Ambiental, o pensamento complexo permite interpretar a crise socioambiental como crise de percepção, de conhecimento e de organização da vida coletiva. Não se trata apenas de um problema técnico de gestão dos recursos naturais, mas de uma crise civilizatória que envolve modos de produção, valores, práticas educativas, formas de pertencimento e relações de poder. Desse modo, ganha relevância uma Educação Ambiental capaz de religar dimensões ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas, reconhecendo que a transformação da realidade exige também a transformação das formas de conhecer e agir.

É da Educação Ambiental Crítica que se trata neste artigo. Segundo Layrargues e Lima (2014), essa perspectiva tende a conjugar-se com o pensamento da complexidade, pois compreende que questões contemporâneas, como a ambiental, não encontram respostas em soluções reducionistas. Nesse sentido, redefine-se a Educação Ambiental para além de práticas meramente informativas ou conservacionistas, concebendo-a como processo formativo crítico, situado e comprometido com a transformação social.



Loureiro e Viégas (2012) também reconhecem a necessidade de diálogo entre Educação Ambiental e teorias da complexidade, ao sustentarem que a mobilização de um pensamento complexo pode ampliar as condições reflexivas e propositivas de uma ação educativa transformadora. Logo, articula-se a Educação Ambiental Crítica ao pensamento complexo quando se busca superar a fragmentação dos saberes e compreender os problemas socioambientais em suas múltiplas determinações históricas, culturais, ecológicas e políticas.

Com base na abrangência universal da Carta da Terra e a partir da disciplina Educação e Ambiente, vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins (LEdoC/UFT), Câmpus Arraias, assumiram discentes e docentes o desafio de elaborar a Carta da Terra e os Princípios da Educação Ambiental Kalunga, em perspectiva capaz de articular singularidades locais e horizonte planetário. Nesse processo, buscou-se mobilizar saberes em uma construção dialógica entre conhecimento popular, saberes tradicionais e conhecimento acadêmico, de modo a superar a hiperespecialização, as rupturas e as fragmentações do saber e fazer.

Ao tratar da Carta da Terra no território Kalunga, revela-se a complexidade na compreensão de que o território não constitui apenas espaço geográfico, mas sistema vivo, histórico, ecológico, cultural e político. Nele, natureza, ancestralidade, espiritualidade, trabalho, memória e resistência não aparecem como dimensões separadas, mas como elementos interdependentes da existência comunitária. Nessa perspectiva, o território Kalunga expressa uma realidade concreta, na qual o saber emerge das práticas cotidianas de produção e reprodução da vida.

Morin (2003, p. 67) lança luz ao protagonismo das comunidades de destino, ao afirmar que “a comunidade possui caráter cultural e histórico, constituído por valores, costumes, normas, crenças e transformações vividas ao longo do tempo”. Nesse sentido, concretiza-se no território Kalunga uma comunidade de destino cuja força histórica se expressa na memória ancestral, na permanência territorial, nas festas, músicas, danças, narrativas, formas de oralidade e vínculos de pertencimento. Assim, atualiza-se a comunidade não pela simples evocação do passado, mas pela continuidade viva das práticas culturais que mantêm, no presente, a experiência histórica comum.



Nesse contexto, insere-se a Comunidade Kalunga reconhecida como o maior território quilombola do Brasil, com comunidades distribuídas entre municípios dos estados de Goiás e Tocantins. Seus sujeitos não apenas mantêm a cultura do território, mas também atuam como guardiões do Cerrado brasileiro, atualmente um dos biomas mais ameaçados do mundo e reconhecido como *hotspot* mundial de conservação (MYERS *et al.*, 2000). Dessa forma, articula-se a defesa do território Kalunga à conservação da sociobiodiversidade, à resistência contra formas predatórias de apropriação da natureza e à luta política por justiça social e ambiental.

A Carta da Terra possui visão global, mas cada realidade local pode adotá-la, adaptá-la e recriá-la a partir de seu próprio contexto, sem desligar-se do horizonte planetário. Morin (2003) considera que os problemas devem ser compreendidos recorrentemente em contexto planetário, pois o enfraquecimento de uma percepção global reduz o senso de responsabilidade e de solidariedade. Assim, torna-se a Carta da Terra Kalunga uma experiência pedagógica e política de enfrentamento da fragmentação, ao transformar princípios éticos gerais em enunciados situados, construídos com a participação dos sujeitos do território.

O objetivo deste artigo é analisar o processo participativo de construção da Carta da Terra Kalunga e Princípios da Educação Ambiental, evidenciando como a articulação entre saberes tradicionais e conhecimento acadêmico pode produzir uma Educação Ambiental situada, crítica e dialógica ao pensamento complexo.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se por ter abordagem qualitativa, participativa e dialógica, desenvolvido no âmbito da disciplina Educação e Meio Ambiente, vinculada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins (LEdoC/UFT), Câmpus Arraias, com método de ensino em alternância pedagógica.

A construção da Carta da Terra Kalunga e Princípios da Educação Ambiental ocorreu por meio de processo participativo, organizado pela articulação entre Tempo Universidade (primeira etapa) e Tempo Comunidade (segunda etapa). No Tempo Universidade (TU), realizaram-se estudos, debates, rodas de conversa e sistematizações preliminares. No Tempo



Comunidade (TC), desenvolveram-se escutas, registros e coleta de contribuições junto às famílias, às anciãs, aos anciãos, e aos demais sujeitos do território. Nesse sentido, o percurso metodológico priorizou a escuta ativa, o diálogo horizontal e a participação comunitária.

A produção inicial da Carta da Terra Kalunga e Princípios da Educação Ambiental fundamentou-se em arcabouço teórico, documental e normativo discutido em sala de aula e posteriormente estudado pelos grupos. No primeiro eixo de fundamentação mobilizaram-se textos acadêmicos voltados à compreensão crítica da Educação Ambiental e de sua relação com a formação humana, especialmente Identidades da educação ambiental brasileira (BRASIL, 2004), Layrargues e Lima (2014) e Saviani (2007). No segundo eixo reuniram-se documentos internacionais e marcos político-normativos da Educação Ambiental e da sustentabilidade, como a Declaração de Estocolmo, a Declaração do Rio (Eco-92), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Carta da Terra.

Além desses referenciais, foram analisadas políticas públicas nacionais de Educação Ambiental, biodiversidade, unidades de conservação, e povos e comunidades tradicionais. Como forma de ampliar a compreensão sobre o território, consultaram-se materiais acadêmicos sobre a realidade Kalunga, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso de Silva (2015).

Os referenciais teóricos, documentais e normativos foram aplicados à leitura da realidade das Comunidades Quilombolas Kalunga, sem se sobrepor à experiência histórica, cultural e territorial do grupo. Nesse processo, atuaram as docentes e os acadêmicos quilombolas como mediadores entre conhecimento acadêmico, saberes ancestrais e experiências concretas vividas no território e em amplo diálogo.

Inicialmente, os estudantes se organizaram em grupos vinculados a núcleos específicos da Comunidade Kalunga, entre eles Saco Grande, Riachão, Mimoso, São Pedro, Sucuri, Pelotas, Vão do Moleque e Vão de Almas. Nessa etapa, realizaram-se atividades em grupo e contatos telefônicos com familiares, anciãs e anciãos, a fim de apresentar a proposta, esclarecer seus objetivos e mobilizar contribuições para a elaboração da Carta.

Para a sistematização das informações, adotou-se uma dinâmica de grupo com base na metodologia World Café, adaptada localmente como World Pipoca, que, segundo Brown e Isaacs (2005) constitui metodologia de inteligência coletiva voltada ao diálogo colaborativo, à



circulação de ideias e à construção compartilhada de sentidos e significados. Durante a dinâmica, organizaram-se estações temáticas sobre território, saberes tradicionais, plantas medicinais, águas, festividades, agricultura e juventude, nas quais os acadêmicos quilombolas atuaram como anfitriões e mediadores. Assim, do TU resultou o primeiro escopo do documento.

Posteriormente, ocorreu a segunda etapa durante os Tempos Comunidade, por meio do Banco de Sementes de Ideias, entendido como instrumento de registro, colheita e sistematização das contribuições comunitárias. Nessa etapa, foram reunidas percepções, experiências e reflexões relacionadas ao cuidado com a natureza, à manutenção do território, à espiritualidade, à agricultura, às águas, aos modos comunitários de vida e à luta política por justiça socioambiental.

Por fim, adotou-se a sistematização interpretativa das contribuições como procedimento de análise, mediante agrupamento das falas, memórias, registros e sínteses coletivas em categorias temáticas, posteriormente convertidas em eixos e princípios orientadores. As contribuições foram tratadas de modo coletivo, respeitando-se a autoria comunitária e o caráter participativo. Afirma-se que o processo iniciado em janeiro de 2026 ainda não foi concluído, pois outros núcleos comunitários Kalunga serão percorridos nos próximos TCs do corrente ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado parcial, o processo de construção da Carta da Terra Kalunga mobilizou mais de 300 pessoas, envolvendo estudantes, familiares, professores, colaboradores e sujeitos das comunidades Kalunga situadas nos estados de Goiás e Tocantins.

Os princípios da Carta da Terra estão organizados em quatro eixos temáticos (pilares), os quais se desdobram em 16 princípios fundamentais. Por seu turno, a Carta da Terra Kalunga culminou em um documento que estabelece 12 eixos temáticos e 29 princípios orientadores. Sendo os 12 eixos: 1) Território como corpo ancestral e patrimônio vivo; 2) Saberes tradicionais como ciência do Cerrado; 3) Prática agrícola tradicional e quintais vivos; 4) Águas como sangue do território; 5) Respeito a todas as formas de vida; 6) Espiritualidade Kalunga e as festas tradicionais; 7) Diálogo intergeracional e valorização dos anciãos; 8) Protagonismo juvenil; 9) Economia do bem viver Kalunga; 10) Valorização da biodiversidade do Cerrado; 11) Autonomia e protagonismo político; 12) Cuidado com a saúde e educação.



Todos os eixos dialogam com o pensamento complexo de Edgar Morin, no entanto, são seis os eixos que explicitamente incorporam os princípios da complexidade (sistêmico, dialógico, recursivo, hologramático e da reintegração dos saberes), quais sejam: eixo I (território como corpo vivo), eixo II (saberes tradicionais como ciência), eixo III (prática agrícola tradicional e quintais vivos), eixo VI (espiritualidade e festas), eixo IX (economia do bem viver) e eixo XI (autonomia e protagonismo político) (Quadro 1).

Quadro 1. Análise dos eixos temáticos do Território Kalunga sob a perspectiva dos princípios da complexidade de Edgar Morin



Eixo Temático	Resultado / Síntese do Trabalho	Fundamentação na Complexidade de Edgar Morin
1. Território como corpo ancestral	O território não é visto como recurso e sim como um bem, uma extensão do corpo e da alma coletiva. A conservação do Cerrado é condição para a existência física e espiritual.	Princípio Hologramático: O todo (o território) está inscrito em cada parte (o sujeito quilombola), e cada parte contém o todo. Defender a nascente é defender a si mesmo.
2. Saberes tradicionais como ciência do Cerrado	Os conhecimentos sobre plantio, medicina popular e ciclos da natureza são legitimados como saberes científicos tradicionais, com a mesma importância do conhecimento acadêmico na relação de diálogo.	Princípio Recursivo: A sociedade produz os indivíduos (através da cultura/educação) que produzem a sociedade (através do trabalho e relações sociais). Conhecimento ancestral e experiências contemporâneas são cocriadores.
3. Águas e espiritualidade	As nascentes ("olhos d'água") e cachoeiras são locais sagrados. O cuidado com a água integra a dimensão material (manutenção da vida) à dimensão simbólica (rituais de cura, lazer e proteção).	Princípio Dialógico: Ordem, desordem e organização coexistem. A água é ao mesmo tempo bem natural (ordem biológica) e entidade espiritual sagrada (caos/mistério).
4. Prática agrícola tradicional (Roça de Toco) e Quintais vivos	O sistema de pousio (roça de toco) e a biodiversidade dos quintais demonstram um modelo sustentável ancestral que desafia o modelo hegemônico de monocultura.	Princípio da interdependência: Dependência do ambiente (Cerrado) e construção do próprio ambiente com as práticas culturais ancestrais. A roça depende do clima, mas também o molda localmente em constante retroalimentação.
5. Diálogo intergeracional e juventude	A transmissão oral dos mais velhos é pilar da educação ambiental. Os jovens atuam como "guardiões da memória" utilizando novas tecnologias sob a orientação do saber ancestral.	Princípio da Retroação: A tradição (passado) alimenta o futuro; o jovem (futuro) retroage sobre a tradição para mantê-la viva e relevante. A verdadeira história pode mudar o passado.
6. Autonomia e bem viver	Rejeição ao modelo desenvolvimentista predatório. Adoção do "Bem-viver Kalunga", baseado na suficiência, partilha e mutirão, articulado com políticas públicas específicas.	Complexidade Ambiental: O global está no local e nele se realiza. A luta Kalunga <i>versus</i> o agronegócio é uma luta planetária pela manutenção do clima e da etnobiodiversidade.



Fonte: elaboração própria a partir da sistematização da Carta da Terra Kalunga.

Aplicado à Educação Ambiental, o pensamento complexo permite compreender as comunidades tradicionais não como "ilhas culturais", mas como sistemas vivos em permanente interação com seu ambiente biofísico e social (Morin, 2003). No caso Kalunga, a cosmovisão que integra território, espiritualidade, festa e trabalho alinham-se organicamente a esta perspectiva sistêmica, na qual tudo está interligado.

No contexto da licenciatura e formação docente, a Carta da Terra Kalunga mostra que o ensino e a educação formal têm papel significativo na humanização do ser humano social. Morin (2021) ressalta a importância de um ensino mobilizador de esforços que desperte a condição humana por meio da integração dos saberes da cultura científica e da cultura das humanidades em benefício de uma consciência humanística e solidária.

Segundo Gadotti (2008), a Carta da Terra se fundamenta em diferentes fontes, incluindo a ecologia e outras ciências, as tradições religiosas e as filosóficas do mundo, a literatura sobre ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, além das declarações e dos tratados intergovernamentais e não-governamentais relevantes. Este trabalho mostrou exatamente essa integração de saberes.

A Carta da Terra Kalunga não somente (re)visita sua essência e a poliniza com contribuições de seus várias irmãs e irmãos, mas convoca a todos para uma ação política, uma das faces mais importantes da educação ambiental crítica. Conforme pontua Layrargues (2020) é o poder da ação política que carrega a potência adequada para a superação do desafio que se impõe diante da completa desordem socioambiental do mundo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção da Carta da Terra Kalunga e Princípios da Educação Ambiental representa uma experiência não paradigmática para a Educação Ambiental na perspectiva do pensamento complexo de Edgar Morin. Diferentemente de iniciativas que tomam a Carta da Terra como referência estática a ser replicada localmente, o percurso metodológico adotado, fundamentado na escuta ativa e dialógica, na adaptação da dinâmica



World Pipoca e na articulação entre o Tempo Universidade e o Tempo Comunidade configurou um instrumento e caminho de produção de conhecimento situado e de aprendizagem mútua na qual sujeitos não apenas opinaram, mas co-criaram os princípios orientadores a partir de sua cosmovisão ancestral, experiências e em ação política.

A superação da hiperespecialização ocorre quando o saber tradicional Kalunga dialoga em paridade com o saber acadêmico, reconhecendo que "o todo está nas partes e as partes estão no todo", em encontro dialético e em constante movimento. Na leitura da Carta Kalunga não há separação entre seres humanos e demais seres vivos que compõem a sociobiodiversidade e sim composição e partilha.

Desse modo, afirma-se a necessidade de uma convivência orientada por princípios éticos de respeito, autonomia, soberania territorial, justiça social e justiça ambiental. Assim, coloca-se a convivência entre humanidade, natureza e territórios tradicionais no centro das discussões contemporâneas sobre crise socioambiental, sustentabilidade e futuro comum. Defende-se que a experiência ultrapassa a adaptação local de um documento global, pois configura exercício de autoria comunitária, resistência cultural e produção compartilhada de princípios orientadores para o presente e o futuro do território.

Por isso, as respostas e soluções para a atual crise civilizatória não se encontram apenas na ciência acadêmica ou na reflexão filosófica abstrata, mas na confluência entre saberes tradicionais, conhecimento científico, práticas comunitárias e ação política coletiva. Nessa perspectiva, constitui a Carta da Terra Kalunga uma proposição como prática pedagógica, política e ética de religação entre território, cultura, natureza, educação, formação e emancipação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Coordenação de Philippe Pomier Layrargues. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

BROWN, Juanita; ISAACS, David. **The World Café: shaping our futures through conversations that matter**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2005.



Earth Charter International. **A Carta da Terra**. Disponível em: <<https://earthcharter.org/about-the-earth-charter/history>>. Acesso em: 18 abr. 2026.

GADOTTI, Moacir. Agenda 21 e Carta da Terra. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, Montes Claros, v. 1, n. 4, p. 128-136, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar., 2014.

LAYRARGUES, Phillipe Pomier. Por uma educação ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, n. esp., p. 44-88, junho, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; VIÉGAS, Aline. Algumas considerações sobre as influências do marxismo na teoria da complexidade de Edgar Morin: aportes para a pesquisa em educação ambiental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 17, n. 2, p. 13-24, 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via**: lições do coronavírus. Colaboração de Sabah Abquessalam. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MYERS, Norman; MITTERMEIER, Russell A.; MITTERMEIER, Cristina G.; FONSECA, Gustavo A.; KENT, Jennifer. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature**, Londres, v. 403, n. 6772, p. 853-858, fevereiro, 2000.

SILVA, Edimar Cunha e. **Lendas e mitos da comunidade São Pedro, Monte Alegre-Goiás**. 2015. 46p. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática) – Faculdade UnB Planaltina (FUP), Universidade de Brasília, Planaltina, DF. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr., 2007.

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro: Fórum Global das Organizações Não Governamentais, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15517/11081>>. Acesso em 15 abr. 2026.